

Sumário

Prefácio	7
1 Objetividade e ponto de vista de classe nas ciências sociais.....	11
2 Weber e Marx: notas críticas sobre um diálogo implícito.....	43
3 Homem e sociedade na obra do jovem Marx.....	61
4 O humanismo historicista de Marx ou reler <i>O Capital</i>	79
5 Marx e a Revolução Espanhola (1854-1856).....	103
6 Da grande lógica de Hegel à estação finlandesa de Petrogrado.....	119
7 Gramsci e Lukács: em direção a um marxismo antipositivista.....	139
Sobre o autor	157

1

Objetividade e ponto de vista de classe nas ciências sociais

“A verdade é sempre revolucionária”.

Antonio Gramsci

É possível a objetividade nas ciências sociais? Trata-se de uma objetividade do mesmo tipo que a das ciências naturais, como afirmam os positivistas? Não é a ciência social necessariamente “engajada”, quer dizer, ligada ao ponto de vista de uma classe social? Como conciliar esse caráter “partidário” com o conhecimento objetivo da verdade?

Essas questões se encontram no centro do debate metodológico na sociologia, na história, na economia política, na antropologia, na ciência política e na epistemologia há mais de um século. Tentaremos mostrar porque somente o marxismo é capaz de trazer uma solução radical e coerente a esse problema (mesmo se nos é necessário reconhecer, que nesse sentido, os textos dos autores marxistas só nos oferecem os elementos iniciais), solução, cuja primeira condição

para que ela seja possível, é a ruptura epistemológica total com o positivismo.

1. O positivismo

A ideia central da corrente positivista é de uma simplicidade evangélica: nas ciências sociais, como nas ciências da natureza, é necessário afastar os preconceitos e as pressuposições, separar os julgamentos de fato dos julgamentos de valor, a ciência da ideologia. A finalidade do sociólogo ou do historiador deve ser a de atingir a mesma neutralidade serena, imparcial e objetiva do físico, do químico e do biólogo. Deixemos a palavra com o “*Grand Ancêtre*”, Augusto Comte:

“Eu entendo por física social a ciência que tem por objeto próprio o estudo dos fenômenos sociais, considerados dentro do mesmo espírito que o dos fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, quer dizer sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta é a finalidade especial dessas pesquisas”.¹ “Sem admirar nem maldizer os fatos políticos e vendo neles essencialmente, como em toda outra ciência, simples sujeitos de observação, a física social considera cada fenômeno sob o duplo ponto de vista elementar de sua harmonia com os fenômenos coexistentes e do seu encadeamento com o estado anterior...”.²

O positivismo comtiano está portanto fundamentado sobre duas premissas essenciais, estreitamente ligadas:

1. A. Comte. “*Considérations philosophiques sur la science et les savants*”, in *Politique d’Auguste Comte*. Paris: Colin, p. 71.

2. *Cours de Philosophie Positive*. Paris: Schleicher Frères Editeurs, 1908, tomo I, p. 214.

1. A sociedade pode ser epistemologicamente assimilada à natureza (o que nós chamaremos de “naturalismo positivista”); na vida social reina uma harmonia natural.

2. A sociedade é regida por leis naturais, quer dizer, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humana.

Por essas premissas se conclui que o método nas ciências sociais pode e deve ser o mesmo que o das ciências da natureza, com os mesmos métodos de pesquisa e sobretudo com o mesmo caráter de observação “neutra”, objetiva e desligada dos fenômenos.

As implicações ideológicas conservadoras, reacionárias e contrarrevolucionárias dessa concepção são evidentes e aliás explicitamente formuladas por Comte, cuja franqueza não é um dos seus méritos menores: posto que as leis sociais são leis naturais, a sociedade não pode ser transformada: contra os sonhos revolucionários utópicos e negativos, o positivismo enaltece a aceitação passiva do *status quo* social:

(O positivismo) tende profundamente, por sua natureza, a consolidar a ordem pública, pelo desenvolvimento de uma sábia resignação (...) Evidentemente, não pode existir verdadeira resignação, quer dizer disposição permanente para suportar com constância, e sem nenhuma esperança de compensação, quaisquer males inevitáveis a não ser como consequência de um profundo sentimento das leis invariáveis que regem todos os diversos gêneros dos fenômenos naturais. Portanto é exclusivamente à filosofia positiva que se relaciona uma tal disposição, a qualquer assunto que ela se aplique, e por conseguinte, com relação também aos males políticos.³

Esse trecho, verdadeira joia do naturalismo positivista, é um dos raros momentos onde o discurso sociológico burguês se manifesta

3. Idem, p. 100.

em toda a sua pureza, por assim dizer em seu estado selvagem. Baseado nele, podemos apreender melhor o sentido verdadeiro da palavra “positivo”, empregada por Comte para distinguir, ou melhor, opor sua doutrina às perigosas teorias *negativas*, críticas, destrutivas, dissolventes, subversivas, em uma palavra, *revolucionárias*, da filosofia das Luzes, da Revolução Francesa e do socialismo.⁴

É Durkheim, mais do que Comte, que se tornará o verdadeiro mestre da sociologia positivista moderna. Seu naturalismo sociológico é de origem comtiana, como ele reconhece explicitamente nas *Regras do Método Sociológico*: “a primeira regra e a mais fundamental é a de considerar os fatos sociais como coisas. (...) Comte, é verdade, proclamou que os fenômenos sociais são fatos naturais submetidos a leis naturais. Devido a isso, ele reconheceu implicitamente seu caráter de coisas; porque não existem senão coisas na natureza”.⁵

Durkheim vai aplicar diversas vezes modelos de analogia naturalista para “explicar” os fenômenos sociais, modelos cujo papel ideológico é sempre conservador. Por exemplo, segundo Durkheim, a sociedade é, como o animal, “um sistema de órgãos diferentes onde cada um tem um papel especial”. Alguns órgãos sociais têm “uma situação particular e, se quisermos, privilegiada”; essa situação é totalmente natural, funcional e inevitável: “ela é devida à natureza do papel que preenche e não a alguma causa estranha a essas funções”. Esse privilégio é pois um fenômeno absolutamente normal que encontramos em todo organismo vivo: “é assim que, no animal, a preeminência do sistema nervoso sobre os outros sistemas se reduz ao direito, se pudermos falar assim, de receber um alimento mais escolhido e de apanhar sua parte antes dos outros”.⁶ Em outros escritos de Durkheim, observamos uma

4. Cf. Comte, *Discours sur l'esprit positif*, 10/18, p. 73.

5. Durkheim, *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: P.U.F., 1956, p. 15-19.

6. Durkheim. *La division du travail social*. Paris: P.U.F., 1960, p. 157-158.

fusão entre a analogia “organicista” e o modelo social-darwinista da “sobrevivência dos mais aptos” na “luta pela vida”:

Porque, se nada entrava ou favorece indevidamente os concorrentes que disputam as tarefas, é inevitável que somente os mais aptos em cada tipo de atividade obtenham êxito (...) Diremos que isso não é sempre o bastante para contentar os homens; que existem sempre aqueles cujos desejos ultrapassam suas possibilidades. É verdade; mas são casos excepcionais e, podemos dizer, mórbidos (sic!). Normalmente, o homem encontra felicidade realizando sua natureza; suas necessidades estão em relação com seus meios. É por isso que, no organismo, cada órgão só reclama uma quantidade de alimentos proporcional a suas funções”.⁷

Como Comte, Durkheim estava consciente do caráter fundamentalmente reacionário de seu naturalismo sociológico e o proclama com orgulho pouco ingênuo no prefácio das *Regras do Método*: “nosso método não tem pois nada de revolucionário (o menos que podemos dizer! M.L.), ele é mesmo, num certo sentido, essencialmente conservador, pois considera os fatos sociais como coisas, cuja natureza, por mais flexível e maleável que seja, não é entretanto modificável de acordo com a nossa vontade”.⁸

O discurso durkheimiano, como vimos, passa tranquilamente da lei da selva às leis naturais da sociedade e dessas aos organismos vivos. Essa espantosa oscilação da *démarche* é fundamentada sobre uma pressuposição metodológica essencial: a *homogeneidade epistemológica* do território percorrido, e conseqüentemente, das ciências que o estudam. Pressuposição cujo corolário é a exigência central e decisiva de todas as correntes positivistas: “que o sociólogo se coloque no estado de espírito em que estão os físicos, químicos,

7. Idem, p. 369-370.

8. Durkheim. *Les règles de la méthode sociologique*, prefácio, p. VIII.

fisiólogos, quando se engajam numa região ainda inexplorada, de seu domínio científico”.⁹

Como pode o cientista social “se colocar no estado de espírito” do químico se o objeto de seu estudo, a sociedade, é também o objeto de um debate político encarniçado entre concepções de mundo opostas? A resposta de Durkheim é de uma ingenuidade desarmante, cheia de “boa vontade” positivista: “a sociologia assim compreendida não será nem individualista, nem comunista, nem socialista, no sentido que se dá vulgarmente a essas palavras. Por *princípio*, ela *ignorar*á essas teorias as quais ela não saberia reconhecer valor científico, pois tendem diretamente, não a exprimir os fatos, mas a reformá-los”. Em outras palavras: o sociólogo deve “ignorar” os conflitos ideológicos, “fazer calarem as paixões e os preconceitos” e “afastar sistematicamente todas as pré-noções”.¹⁰

Durkheim, como bom positivista, crê que os “preconceitos” e as “pre-noções” podem ser “afastados” como afastamos um óculos escuro para ver mais claro. Ele não compreende que essas “pre-noções” (quer dizer, as ideologias) são, como o estrabismo e o daltonismo, parte integrante do olhar, elemento constitutivo do ponto de vista. Durkheim mesmo é aliás a prova viva que a “boa vontade” e o desejo ardente de ser objetivo não bastam para se fazer calarem os “preconceitos” (em seu caso conservadores e contrarrevolucionários)...

O positivismo não é absolutamente um fenômeno do século XIX. Correntes visivelmente neopositivistas exercem ainda hoje uma influência decisiva, senão hegemônica, sobre as ciências sociais universitárias, acadêmicas, “oficiais” e institucionalizadas, particularmente nos Estados Unidos. Evidentemente, as formas mudaram:

9. Idem, p. XIV.

10. Idem, p. 140, 144, 31. (grifo nosso).

o behaviorismo e o funcionalismo substituíram a metafísica caduca de Augusto Comte, e o modelo cibernético substituiu vantajosamente o organicismo biológico de Durkheim. Mas o princípio fundamental permanece o mesmo: George A. Lundberg, autor de um manual de sociologia moderna muito apreciado nos Estados Unidos, não hesitou em escrever essas linhas que parecem diretamente extraídas do *Discurso de Filosofia Positiva*: “considerando a sociologia como uma ciência natural, estudaremos o comportamento social humano com o mesmo espírito objetivo que um biólogo estuda um ninho de abelhas, uma colônia de térmitas, a organização e o funcionamento de um organismo vivo”.¹¹

É necessário acrescentar que a tese positivista da separação entre os julgamentos de fato e os julgamentos de valor, da objetividade graças à eliminação voluntária das “pré-noções”, influenciou a sociologia muito além dos limites da corrente positivista no sentido estrito. Basta mencionar Max Weber, que dificilmente pode ser classificado como positivista, que sublinhava a especificidade das “ciências da cultura” em relação às ciências naturais, e que, entretanto, acreditava que a ciência social podia e devia ser “sem pressuposições” e “não valorativa” (Wertfrei). Segundo Weber, os conceitos das ciências sociais não devem ser “gládios para atacar adversários” mas somente “relhas de arado para surripar o imenso campo do pensamento contemplativo”, porque “cada vez que um homem de ciência faz intervir seu próprio julgamento de valor,

11. LUNDBERG, G.; SCHRAG, C.; LARSEN, O. *Sociology*, Nova York, 1954, p. 5. Cf. também BERELSON, B. “Introduction to the Behavioral Science”, in *The Behavioural Science Today*, Nova York, 1963, p. 3: “A finalidade científica é estabelecer generalizações sobre o comportamento humano sustentadas por evidências empíricas reunidas de forma impessoal e objetiva... O fim último é compreender, explicar e prever o comportamento humano no mesmo sentido em que os cientistas compreendem, explicam e preveem o comportamento de forças físicas ou de fatores biológicos, ou, o que está mais próximo de nós, o comportamento de bens e preço no mercado econômico. Ver também a esse respeito a obra de I. Kon, *Der Positivismus in der Sociologie*. Berlin: Akademie Verlag, 1968.

não há mais compreensão integral dos fatos”¹². É verdade que, em certos escritos metodológicos, Weber reconhece que os valores do observador, nas ciências sociais, desempenham um papel destacado na *seleção* do objeto da pesquisa científica, na determinação da problemática das questões a serem postas. Mas ele assinala que as respostas fornecidas, a pesquisa mesma, o trabalho empírico do cientista, devem estar livres de qualquer valoração, e seus resultados aceitos por todos¹³. Como se a escolha das questões não determinasse, em larga medida, as respostas mesmas! Lucien Goldmann assinala, com muita razão, o caráter contraditório da posição de Weber que se situa a meio caminho entre o desconhecimento do determinismo social do pensamento sociológico nos positivistas e sua aceitação integral pelos marxistas¹⁴.

O erro fundamental do positivismo é pois a incompreensão da especificidade metodológica das ciências sociais com relação às ciências naturais, especificidade cujas causas principais são:

1. O caráter histórico dos fenômenos sociais, transitórios, perecíveis, susceptíveis de transformação pela ação dos homens;
2. A identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento;
3. O fato de que os problemas sociais suscitam a entrada em jogo de concepções antagônicas das diferentes classes sociais;
4. As implicações político-ideológicas da teoria social: o conhecimento da verdade pode ter consequências diretas sobre a luta de classes.

12. WEBER, Max. *Le savant et la politique*, ed. 10/18, Paris, 1959, p. 80-82.

13. Cf. Max Weber. “Die Objektivität sozialwissenschaftlicher und Sozialpolitischer Erkenntnis”, in *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, Tübingen: J.C.B. Mohr, 1962, p. 170, 184.

14. Os elementos escolhidos determinam antecipadamente, isso é evidente, o resultado do estudo. Os valores sendo... os de uma ou outra classe social, o que uma perspectiva eliminará como não essencial, pode ser, ao contrário muito importante em outra... sobre esse ponto, o pensamento de Weber se revela insustentável”, Lucien Goldmann, *Sciences Humaines et Philosophie*. Paris: Gontier, 1966, p. 43. A análise de Goldmann sobre o problema da objetividade nos parece uma das mais interessantes de toda a literatura marxista contemporânea.

Essas razões (estritamente ligadas entre si) fazem com que o método das ciências sociais se distinga do científico-naturalista não somente no nível dos modelos teóricos, técnicas de pesquisa e processos de análise, mas também e principalmente no nível da *relação com as classes sociais*. As visões do mundo, as “ideologias” (no sentido amplo de sistemas coerentes de ideias e de valores) das classes sociais modelam de maneira decisiva (direta ou indireta, consciente ou inconsciente) as ciências sociais, colocando assim o problema de sua objetividade em termos totalmente distintos das ciências da natureza.

A realidade social, como toda realidade, é infinita. Toda ciência implica uma escolha, e nas ciências históricas essa escolha não é um produto do acaso, mas está em relação orgânica com uma certa perspectiva global. As visões do mundo das classes sociais condicionam, pois, não somente a última etapa da pesquisa científica social, a interpretação dos fatos, a formulação das teorias, mas a escolha mesma do objeto de estudo, a definição do que é essencial e do que é acessório, as questões que colocamos à realidade, numa palavra, a *problemática* da pesquisa.

Por exemplo, a questão que Durkheim coloca na *Divisão do Trabalho Social* — quais são os fatores que entravam a livre competição dos indivíduos na luta pela vida? — não é de todo “inocente”, mas está marcada pela visão do mundo social-darwinista da burguesia na época do capitalismo concorrencial. Independentemente da “resposta” encontrada por Durkheim, essa “questão” vai orientar sua teoria sociológica numa certa *direção*, dando-lhe um caráter necessariamente “tendencioso”. Dito isso, é verdade que a distinção entre as ciências naturais e sociais não deve ser absolutizada: ela é *histórica e relativa*.

Histórica, porque durante todo um período, as ciências da natureza foram, elas também, o começo de um combate ideológico. Do século XV ao XIX, as classes dominantes clérico-feudais resistiram

às ciências da natureza que constituíam um desafio a seu sistema ideológico. A astronomia foi durante séculos campo de uma luta de classes encarniçada, ideológica e às vezes mesmo política, e os homens de ciência foram vítimas frequentemente da repressão dos aparelhos do Estado (G. Bruno, Galileu, etc.). É somente graças à liquidação do modo de produção feudal e o desaparecimento (ou “modernização”) de sua ideologia, que a ciência natural se tornou, progressivamente, um terreno “neutro” do ponto de vista ideológico. Entretanto, mesmo no século XVI, a relação epistemológica entre a ciência astronômica e as classes sociais não era do mesmo tipo que a que encontramos nas ciências sociais. Voltaremos a esse assunto.

Relativa, porque o grau de “engajamento ideológico” não é o mesmo em todas as ciências sociais (nem o de “neutralidade ideológica” nas ciências naturais) e, no interior de uma mesma ciência, alguns problemas são muito mais “sensíveis” do que outros: a história da Revolução Francesa desperta evidentemente mais antagonismos com conteúdo de classe do que a das guerras do Peloponeso...

Concluindo: os positivistas insistem muito na heterogeneidade entre julgamentos de fato e julgamentos de valor, e a necessidade lógica de sua separação. Eles assinalam, com razão aliás, que não podemos jamais *deduzir* um julgamento valorativo de um julgamento factual. Segundo a célebre fórmula de Poincaré: as premissas no indicativo não têm conclusão *lógica* no imperativo. Weber observa com ironia que não poderemos jamais demonstrar cientificamente a exatidão ou o erro do Sermão da Montanha. Bem: isso é totalmente verdadeiro e irrefutável; mas o que os senhores positivistas e Weber esquecem é a relação *inversa* entre a ciência e o normativo: os valores que orientam, influenciam e condicionam os julgamentos de fato. Relação que não é *lógica* mas *sociológica*: é o *ponto de vista de classe* (implicando elementos normativos) que define, em ampla medida, o *campo de visibilidade dos fatos*, o que uma teoria social “vê” e o que

ela não vê, suas “visões” e seus “enganos”, sua luz e sua cegueira, sua miopia e sua hipermetropia.

2. A tentativa eclética de Mannheim

Sob o impacto do marxismo, o mito positivista de uma ciência social neutra e assexuada como os anjos da teologia medieval foi severamente abalado. O problema do condicionamento social do conhecimento não podia mais ser tão facilmente ignorado. Uma nova tentativa de resolver o problema, nem positivista, nem marxista, será realizada por um trãnsfuga do marxismo, Karl Mannheim, em sua brilhante obra *Ideologia e Utopia* (1929), que vai fundar um novo ramo da ciência social universitária: a sociologia do conhecimento.

Mannheim reconhece, como os marxistas, que a posição social do cientista, do observador, condiciona sua *perspectiva*, quer dizer, a maneira pela qual ele olha seu objeto, o que ele percebe nesse objeto e como o interpreta. Essa perspectiva está, pois, em relação com as concepções do mundo (*Weltanschauung*) das diferentes classes e grupos sociais em conflito no seio da sociedade. Essas diversas visões particulares só descobrem um aspecto do objeto, uma parte da realidade social: elas são necessariamente unilaterais e fragmentárias. Isso implica, segundo Mannheim, na possibilidade de uma “integração dos diferentes pontos de vista mutuamente complementares num todo compreensivo”, quer dizer, a possibilidade de uma “síntese das perspectivas”.

A questão central é evidentemente: *quem* vai realizar essa síntese? Qual é a classe ou grupo social que pode servir de base a essa “mediação dinâmica” dos pontos de vista antagônicos? Segundo Mannheim, há um grupo que, por suas características especiais, é capaz de realizar essa tarefa delicada e alcançar assim um máximo